

Resposta final a Carlos de Oliveira sobre a tradição literária portuguesa

por
ÁLVARO SALEMA

Meu Amigo: se não fosse a circunstância, certamente casual, de V. ter dado à sua réplica às «anotações» que publiquei no 2.º número de LER a forma de carta, implicando pela orientação e pela forma dai resultantes uma resposta minuciosa, talvez eu me sentisse agora dispensado de voltar a um assunto em que já não faz grande falta a minha opinião. A si interessou-lhe inculcar um caminho aos escritores que têm, como o meu caro Carlos de Oliveira, uma missão criadora a cumprir. A mim interessou-me apenas pôr um problema e deixá-lo seguir, em mãos mais fortes, mais interessadas e também mais autorizadas do que as minhas. Demais, os anátemas que eu receei ver cair sobre a sua tese e o generoso propósito que a inspirava estão a fulminar a pobre nótula que escrevi, com radicalismo excessivo de critério, talvez, mas sem propósito demolidor e antes com uma intenção construtiva que eu julgava ter deixado suficientemente clara. Desejei apenas — e continuo a desejar — que os escritores de hoje e de amanhã se empenhem na criação de obras vigorosas, fecundamente originais, impulsionadoras da veemente reforma da mentalidade nacional por que tantos têm combatido e combatem, sem voluntária e por isso sempre artificial subordinação aos valores de um passado que tão magras inspirações pode oferecer-lhes. Tudo o que disse está impregnado de intuições pedagógicas — pois evidentemente! — e não estritamente literárias. Nunca quis ser um literato, um puro esteta, um crítico da literatura pela literatura, e livre-me os fados de algum dia vir a ser alguma dessas tristes coisas, num mundo onde tanto mais se exige dos homens que verdadeiramente o saibam ser. Anda V. muito longe, também, de cair nesse ainda tão apreciado e capitoso pecado, e por isso nos sentimos ombro a ombro quando discutimos questões como a deste breve debate, embora perfilhando em alguns aspectos opiniões opostas.

Também eu desejaria que os novos escritores portugueses sáissem do beco das perplexidades em matéria de processos literários, que têm dado aos seus livros, nestes últimos quinze anos, um tom de pesquisa hesitante, recessa — e malograda. Também eu desejaria que encontrassem o rumo de um realismo novo, em concordância e por meio do método «maleável, subtil, dialéctico» que V. invoca. Mas que o realismo novo possa ser alcançado pelos caminhos estreitos, inçados de restrições, inibições e reservas, dos folclorismos artificiais, em que se sufocam a individualidade artística, a sensibilidade apurada e fina, a ironia perante a condição humana, a beleza do estilo sem a qual não existe a arte literária — isso nunca o julguei nem julgo possível, e assim o tenho afirmado sempre que as circunstâncias o permitem e aconselham. Ora o meu recio, Carlos de Oliveira, é que o seu apelo para um retorno à tradição literária portuguesa, mesmo com a largueza implícita no articulado desta sua «carta», venha a constituir mais uma forma de limitação para os escritores jovens que se disponham a segui-lo. Limi-

tação, porque o genuíno artista criador tem que seguir apenas o seu espontâneo rumo, escutar apenas a voz do seu «demónio» (no sentido sócrático), sem esquecer que nele se fundem e por ele se exprimem a sua ideologia, a sua visão da vida e a sua integração espacial e temporal — e não que procurar por artifício e acto de vontade forçada um condicionamento qualquer, seja ele de índole nacional, regional ou qualquer outra. Limitação mais grave neste nosso caso português, insisto, por serem primordialmente negativas as características que podemos descrever, a meu ver, na linha geral da história literária deste nosso país.

Peço-lhe que repare, meu Amigo, que ao definir-se as características de uma literatura não é nos seus «acontecimentos» individuais de mais alto nível que pode encontrar-se a linha de definição, mas sim numa ordem média em que a generalidade se incorpora e de que os maiores também participam, naturalmente, pelos seus caracteres mais comuns. Não se caracteriza uma cordilheira pelas características dos seus mais altos cumes, mais sim pelo vulto e aspectos gerais da sua massa em conjunto. Quando afirmo a inexistência de uma literatura portuguesa com características que valha a pena continuar, não contendo a existência de grandes e poderosas individualidades com características literárias e humanas bem positivas — as de um Gil Vicente, de um Fernão Mendes Pinto, de um Camilo, de um Pessoa, de um Régio, para citar agora, também, alguns dos que não mencionei nas minhas «anotações» ao seu artigo. Mas também esses, como o Fernão Lopes e o Vieira e alguns mais, estão fora da linha média da história literária portuguesa nos seus caracteres verdadeiramente positivos e fortes — nos seus caracteres isentos de provincialismo, de deliquescente abandono, de fluente e fruste diversidade de estilo. E quando V. me aponta Fernão Lopes e Vieira, depois Garrett, Camilo, Ramalho, etc., como «marcos bem portugueses e essenciais ao desenvolvimento do nosso poder de expressão», fica-me a sugestão de que os valores implícitos nessas palavras são os valores da Língua, que eu não contestei e que julgo até merecerem o mais diligente cuidado aos nossos escritores de hoje e de sempre. Exceptuando esses valores do poder de expressão linguística — e o amor actuante, sinceramente vivido, desinteressado e generoso pelo povo português, pela arrala-miúda tão ignorada que alguns testemunham —, o que podem ir buscar os nossos escritores de hoje a esses escritores de outrora? Não tenho o mínimo empenho em que os jovens homens de letras portugueses se dediquem a imitar Balzac, Tolstói, Steinbeck, ou Graciliano Ramos, como tantos outros que poderia citar — e julgo ter deixado claramente implícita essa ideia nas minhas «anotações», quando sugeria a criação pre-

sente e futura de uma arte literária genuinamente nacional, à luz das perspectivas novas que cumpre ao povo português realizar. Mas seria perfeitamente vão — pois não é verdade? — negar que esses escritores alheios estão muito mais próximos das realidades literárias e humanas que aos nossos escritores novos podem interessar do que as grandes e gloriosas figuras dos nossos escritores de outrora. Dentro de um processo actual e português, com ou sem transição cultural, o que realmente importa é que os nossos escritores de hoje e de amanhã criem de novo e do novo, que contribuam para a renovação da mentalidade e dos destinos da gregi, dando às suas obras o forte sentido humano e a alta qualidade estética de valor universal que tanto têm escasseado na linha média da nossa história literária.

Opõe-me o Carlos de Oliveira, como coordenadas de uma literatura portuguesa que vale a pena continuar, o exemplo dos líricos de D. Dinis a João de Deus e a Afonso Duarte, com o seu «poder de amar com frescura e pureza as coisas humanas e da Terra». Só posso repetir-lhe que a nota dominante nesse lirismo português é a melancolia desalentadora e o sentimento extático e não activo da natureza, ressalvadas, evidentemente, as excepções que só confirmam a regra — e que tal nota dominante, acho eu, não vale a pena continuar a alimentá-la nesta nossa época. Invoca-me V., também, a poesia epigramática e trocista, que a mim se me afigura geralmente estéril, incompreensiva da condição humana e até, muitas vezes, literariamente infeliz, como grande parte da poesia de Gomes Leal e quase toda a de Junqueiro. Também aí não desço, decididamente, uma coordenada que valha a pena continuar. Quanto à nossa literatura de viagens, seria difícil contestar que ela atingiu, em alguns casos, um valor universal e por isso conquistou mais larga projecção externa — mas sobretudo pelo seu valor documental, revelador de exotismos, expressiva e servidora de curiosidade cosmopolita e não pelo valor estético ou pelo largo sentido humano que ao nosso caso interessa. Só como elemento precioso de cultura a objectividade e o dramatismo das nossas narrativas de viagens podem servir, a meu ver, aos escritores que queiram e possam tomar por missão a génese de uma forte literatura portuguesa vindoura. A força criadora, construtiva e universalista dos grandes exemplos literários, que são necessários, sem dúvida, à formação e expressão do escritor, exige muito mais do que o quinhão escasso oferecido pela tradição literária nacional.

Eu sei que estas opiniões se afiguram tremendamente demolidoras, na aparência, aos devotos do «génio nacional», aos cultivadores de «assomos de patriótico regozijo»; e aceito perfeitamente, meu caro Carlos de Oliveira, que na minha maneira de as exprimir subsista um radicalismo excessivo, muito no jeito da pressa com que sempre escrevo, porque não tenho tempo — e também a vida que tenho me fez perder a disposição — para escrever devagar o que vou pensando

JORNAIS E REVISTAS

PAST AND PRESENT, Londres, Fevereiro de 1952. — Jornal de história científica que se publica duas vezes por ano. Editor: John Morris. Conselho directivo: G. Barraclough, professor de História Medieval na Universidade de Liverpool; R. R. Betts, professor de História da Europa Central na Universidade de Londres; V. Gordon Childe, professor de Arqueologia Pré-Histórica na Universidade de Londres; A. H. M. Jones, professor de História da Antiguidade na Universidade de Cambridge; M. H. Dobb, professor de Economia na Universidade de Cambridge. Inscricao colaboração internacional (9 sh.).

THE SEWANEE REVIEW, vol. LX, n.º 1, Janeiro-Março, 1952. — R. P. Blackmur: «The harmony of true liberalism: Henry Adam's *Mont St. Michel and Chartres*». Charles Child Walcutt: «*Sherwood Anderson: Impressionism and the Buried Life*». Katherine Garrison Chapin: «*Saint-John Perse: Notes on some poetic contrasts*». Richard Gray: «*Sham Street*» (conto). Howard Nemerov: «*The seals of the eyes: a poem in the form of a text and variations*». Kenneth Burke: «*Comments on 18 poems by H. Nemerov*».

ESSAYS IN CRITICISM, vol. II, n.º 2. — G. M. Mathews: «*Sex and the Sonnet*». Edwin Morgan: «*Dunbar and the language of poetry*». Kingsley Amis: «*Wrong Words*». M. C. Bradbrook: «*Shakespeare and the use of disguise in Elizabethan drama*». D. A. Dike: «*A modern Oedipus: The Mayor of Casterbridge*». D. J. Enright: «*Reluctant admiration: a note on Auden and Rilke*». Alfred Adler: «*In what sense can Poetic Meaning be verified?*». Eric Thomson e F. W. Bateson: «*Dissociation of sensibility*». W. J. Harvey e Donald A. Davie: «*Landon and Poetic Diction*». Kenneth Allot: «*Pater and Arnold*».

LUSIADA, Porto, N.º 1 — Revista ilustrada de cultura, arte, literatura, história e crítica; publicação trimestral. Magnífico aspecto gráfico, inserindo valiosas colaborações artísticas e belos extra-textos. Colaboram neste primeiro número: Carlos de Passos, Manuel Monteiro, Cabral do Nascimento, A. Nogueira Gonçalves, Diogo de Macedo, Alberto de Monsaraz, António Sérgio, A. da Rocha Brito, Mário Bonito, Guida Keil, Roberto Nobre, Damião Peres, Teixeira de Pascoas, Aleixo Ribeiro, Julião Quintinha. Reproduz o óleo de Portinari oferecido ao Museu Soares dos Reis. (35\$00).

ESTUDOS, Coimbra, Julho a Novembro de 1951. — Revista de cultura e formação católica. Número especial, comemorativo das «bodas de ouro» do C. A. D. C., com 670 páginas e várias ilustrações em extratexto. Colaboração de P.º José Carvalhais, Mário Pacheco, Prof. João Porto, Prof. Pacheco de Amorim, cônego Correia Pinto, P.º Francisco Garcês, Alberto Dinis da Fonseca, José Paiva Boléo, D. Manuel Trindade Salgueiro, Luís Fernando de Almeida, Prof. Manuel Paiva Boléo, Dario Martins de Almeida, Eduardo Lourenço de Faria, A. Correia de Oliveira, Orlando de Carvalho, João de Freitas Branco, P.º Joaquim Alves Correia, Jorge Biscaia.

GAZETA MUSICAL, Lisboa, n.º de Abril e Maio, 1952. — Revista de música; publica-se mensalmente. Colaboração de Luis de Freitas Branco, Fernando Lopes Graça, João José Cochofel, M. Simões Dias, Manuel Joaquim, Nuno Barreiros, P. Rebelo Bonito, Francine Benoit, Maria da Graça Amado da Cunha. A *Gazeta Musical* vem realizando um inquérito sobre «o que pensam da música os nossos intelectuais»; nos números que temos presentes respondem os nossos colaboradores João Gaspar Simões e Luis Francisco Rebelo. A *Gazeta Musical* passou a publicar-se com 16 páginas. (5\$00).

SISIFO, Coimbra, 1952. — Fascículo de poesia e crítica. Poemas de Sebastião da Gama, Maria da Encarnação Baptista, Carlos Walbustein, Pura Vázquez, António Manuel Couto Viana, Manuel Pinillos, Adriano Lourenço de Faria e José Bento; notas bibliográficas de Breda Simões.

VÉRTICE, Coimbra, Março de 1952. — Revista de cultura e arte. Do sumário: «A pintura e o público», por Mário Dionísio; «Visita ao passado», por Ilse Losa; «Poemas», de António Cabral; «Reflexões sobre a compreensão histórica do século XIX português», por Joel Serrão; «A polémica entre Camilo e Alexandre da Conceição», por J. Sousa Mendes; «Cinema», por António Brochado e Roberto Nobre; «Música», por João José Cochofel. (Cada número, 7\$50).

CIENCIA, Lisboa, vol. II, n.º 6, Abril de 1952. — Revista dos estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa. Destacamos do excelente sumário: «Conhecimento científico», pelo Dr. Edmundo Curvelo; «A Casa do Estudante do Brasil», por Ana Amelia Carneiro de Mendonça; «Vida de espírito nas colónias», pelo capitão Henrique Galvão; «Os professores universitários e a investigação científica», pelo Prof. Egas Moniz; «Filosofia e Ciência», pelo Prof. Delfim Santos; «Metodologia científica — Aristóteles ou Bacon?», pelo Prof. Júlio Palácios; «Alguns fundamentos teóricos da música», pelo Dr. João de Freitas Branco.

BULLETIN INTERNATIONAL DES SCIENCES SOCIALES, Paris, vol. IV, n.º 1. Revista editada pela UNESCO. Número dedicado ao Federalismo: problemas e métodos. Publica: «Introduction à une étude de l'évolution des sociétés fédérales», por Jean Rivéro, e diversos artigos de Raymond Aron, David Easton, S. V. Kogekar, Werner S. Landecker, William E. Rappard, F. R. Scott.

ao longo destes anos de sempre inacabada e truncada experiência. Mas continuo a crer, apesar das salutares reflexões a que a sua «carta» me conduziu, que não há motivo para se procurar especialmente na tradição literária portuguesa, a não ser como valor geral de cultura e como portadora estética de uma língua rica, a força inspiradora de uma literatura nacional renovada. E também eu devo pedir-lhe desculpa do tempo que lhe roubei, com a esperança de que outras opiniões mais reflectidas e autorizadas do que a minha venham trazer, a este cordial e oportuno debate em que nos embrenhamos, o seu tributo fecundo, com genuína devoção patriótica, sem ilusões e sem interessada retórica, pelo povo português e pelos destinos da nossa cultura.



Antes mesmo de pensar no que vai dizer, afirmou há uns bons quinze anos o pintor André Lhote num célebre debate sobre realismo, o artista pensa em como vai dizê-lo.

Acceptaremos todos esta verdade? Acceptá-la-emos imediatamente? Cederemos à tentação de acusar Lhote de formalista?

Tais palavras não terão deixado de parecer pelo menos estranhas na simpática reunião de pintores e escritores, na qual, acima de tudo, sadiamente se reivindicava para a pintura o regresso ao assunto. E tê-lo-ão parecido principalmente a todos os que não esqueciam ter sido Lhote, muitos anos antes, um dos artistas que haviam salvo o cubismo da esterilidade para que apressadamente caminhava, fazendo-o habilidosamente evoluir da fase analítica integral para a fase figurativa. A arte, proclamara então o autor do *Tratado da Paisagem* heterodoxamente, é um meio que os homens inventaram para comunicarem uns com os outros: é preciso pois que ela contenha um elemento comum.

Se compararmos hoje desapaixonadamente a magra sementeira da teorização realista francesa, no campo da pintura, com o que, por exemplo, se passa no México desde 1920, logo veremos sem dificuldade que entre as duas frases de Lhote não havia contradição, mas pontos solidários de uma teoria solidamente estruturada. E que não é de modo algum necessário deixar de encamar a arte como um produto social para o admitir. Jean Lurçat, o mago das lãs, tem toda a razão quando insiste em que o *utensílio não pode preexistir à necessidade*. O ensinamento de Bloch, segundo o qual o *estilo é apenas o segundo tempo desta espantosa elaboração de que nasce a obra de arte*, sendo o primeiro a *pressão oculta que a sociedade exerce em nós*, nada perdeu da sua validade. Mas torna-se cada vez mais evidente que só começaremos a entender alguma coisa da «espantosa elaboração» quando, com um dos campeões da análise realista da realidade, finalmente aceitarmos que, mesmo dentro do relativo, existe um absoluto. Um absoluto transitório embora, um absoluto *sui generis* que tira da inevitável fugacidade a sua própria existência, mas sem o qual o significado mais fecundo do rela-

A FERRAMENTA DO ESCRITOR

tivo jamais se deixará captar. Só a amadurecida consciência de tal facto pôde levar Gorki a escrever estas palavras definitivas e, ao primeiro aspecto, surpreendentes: *Quais são os elementos que formam a literatura — essa arte de constituir tipos e caracteres com palavras e imagens, de reflectir a vida, a realidade, as paisagens, os estados psicológicos? O primeiro de todos esses elementos é a Língua (...). O assunto é o segundo elemento literário.*

É possível que a costela tecnicista de Lhote deixe o leitor, que justamente vê na literatura e na arte um amplo campo de expressão do sofrimento e da esperança dos homens, hesitante e desconfiado. Ele vai estando cansado das violas divididas em quatro. Mas Gorki? Gorki revelou os seus segredos de criação depois de uma longa vida de actividade literária, depois de ter passado por todas essas fases ingénias da precipitação, que, em vez de acelerar a marcha, enleia os pés, por esses enganosos acoadamentos de aprendiz, que ele denunciou na própria obra com um espírito crítico modelar. Alguém de boa fé e soavelmente dentro do problema acusará Gorki de formalista quando ele, no fim duma gloriosa carreira de humaníssimo escritor, localizou num problema técnico — o da língua, o primeiro elemento da criação literária? É contudo o que acontece entre nós se um romancista, como Carlos de Oliveira, vem a público defender a necessidade do estudo da língua portuguesa e de toda a literatura portuguesa para a criação duma nova literatura portuguesa.

Suponho precipitado considerar o panorama, pouco vivo embora, das nossas letras de hoje um árido deserto. É bem possível que um balanço objectivo que delas se fizesse — se acaso tal balanço fosse viável — nos desse consciência de uma pequena riqueza que perigosamente ignoramos. Mas não se pode negar que o nível geral da produção literária destes dias é mediocre, que o fosso aberto entre as vastas camadas

do público e as obras é manifesto e crescente, que estas obras carecem, na maioria dos casos, de originalidade, de personalidade, de qualidade. Os futuros historiadores da nossa literatura encontrarão as várias causas directas e indirectas desta tristeza, quando não vil, sempre apagada. Será demais, contudo, descobrir já uma delas na perfeita inconsciência dos problemas técnicos, nomeadamente dos linguísticos, com que o escritor começa (e continua...) cá por casa

PALAVRAS E CORES

por
Mário Dionísio

a sua obra? O ingénio equívoco, segundo o qual um conto ou um romance se escrevem como o pássaro canta, ganha terreno. Põe-se a cultura para uma banda, a criação para outra. Amontoam-se os livros de estreantes e de não estreantes, cujas páginas se reduzem a verdadeiros cemitérios de palavras. O ardor e a pressa de revelar o assunto esbarram com a completa ignorância dos segredos da construção e da língua. É impossível deixar de concluir: não há realmente boa intenção que valha, experiência humana que literariamente se imponha, amor ou ódio, conformidade ou indignação que ganhem realidade literária, quando o escritor ignora que *uma coisa é necessária a quem deseja conhecer a sua língua e utilizá-la para fins artísticos: pensar e sentir as palavras como se elas fossem feitas de novo, e evocar o objecto a que se referem com a maior frescura e vivacidade possível.*

Tal verdade, que alguns escritores levianamente menosprezam, afirma-a e documenta-a o Prof. Rodrigues Lapa na sua *Estilística da Língua Portuguesa* (1), um pre-

cioso livro que nunca será demais aconselhar aos jovens escritores portugueses, porque nele precisamente se entreabre aos olhos do leitor surpreendido e encantado o segredo dessa procurada frescura e vivacidade das palavras, donde tudo parte.

A leitura dos clássicos e dos bons autores modernos é indispensável a qualquer escritor, e em especial ao escritor principiante. A observação atenta da fala do povo é igualmente indispensável a qualquer escritor, principiante ou não. Mas como orientará ele essa leitura e essa observação, se lhe falta um critério geral da própria vida da língua, a chave da força oculta que transforma palavras isoladas e mortas em conjuntos realmente expressivos? Tal critério nenhuma gramática, nenhum dicionário, nenhum registo mecânico das falas do povo lho dará. Só seguramente o poderá encontrar em obras do tipo desta *Estilística da Língua Portuguesa*, onde a língua mantém o calor humano que lhe damos ao falá-la e os grandes escritores lhe conservam ao escrevê-la.

O que neste livro mais me prende, além dos ensinamentos de pormenor que, página a página, vêm ao nosso encontro, é a vivacidade e o constante clima de comunicação que, apesar da matéria nem sempre leve, o autor lhe soube transmitir. Trata-se de um livro de consulta. O próprio aspecto gráfico é o de um livro escolar. Mas quem conseguia lê-lo aos saltos, ficar-se pelo parágrafo procurado? Lemo-lo de seguida, sófregamente, como um romance — e certamente com mais entusiasmo do que muitos romances que hoje nos batem à porta. Ler o livro de Rodrigues Lapa é entrar no mundo maravilhoso da vida das palavras e no das suas múltiplas possibilidades de expressão. É entrar no segredo desse fio oculto que liga António Vieira, Bernardes, Camões, Garrett, Eça, Aquilino, Rodrigues Miguéis, Pereira Gomes e compreender (eis o problema) como não há estilo possível sem

um constante respeito da tradição e um simultâneo espírito de aventura e de rebeldia pessoal. Lapa põe o dedo na ferida ao concluir que *aos jovens romancistas falta a técnica não apenas gramatical mas estilística*. É dentro dum conceito não estreitamente gramatical mas amplamente estilístico, não inibitivamente policial mas de fecunda compreensão e explicação, que ele desmonta as frases e analisa as palavras, que ele oportunamente aconselha cautela com os adjetivos, com a *multiplicação inútil das palavras que nada acrescentam ao sentido*, que ele denuncia os tradicionais perigos do que por ele é impiedoso e justamente tratado de *cômida palavrinha, incaracterística e malsoante*. Uma das grandes lições da *Estilística* é ainda a luta constante contra esse travão quezilento de toda a liberdade criadora, no domínio linguístico, a que chamamos *purismo*. Nenhum verdadeiro escritor moderno deixará de considerar consolador e, de certo modo, compensador o modo como um grande conhecedor da língua e da literatura portuguesa insiste num ponto fundamental: *o motivo por que os filólogos, os gramáticos, os homens muito eruditos, escrevem mal é geralmente este: não têm presente e fresco o sentimento da língua de hoje.*

Lendo este livro do Prof. Rodrigues Lapa, os jovens escritores perceberão, contudo, que a presença e a frescura do sentimento da língua de hoje, de que tanto se fala, com certa irreflexão algumas vezes, não salta milagrosamente das nossas cabeças exaltadas para o papel, que uma tão grande e indispensável qualidade só se alcança com a demorada e honesta aquisição do ofício, que uma tal força de verdadeira criação só se alcança com o demorado e honesto domínio da preciosa ferramenta que é a língua.

Como a saúde, dizia Turgeniev, o *estilo só é bom quando não damos por ele*. Por isso é que os escritores jovens e humanamente intencionados muito compreensivelmente ambicionam um estilo directo, anti-buril, simples. Mas não há coisa mais difícil de artisticamente construir do que a simplicidade.

(1) Livraria Popular de Francisco Franco, 2.ª edição, Lisboa, 1952.